



Grupo Municipal do PCP

Intervenção na Informação Escrita sobre Habitação

Senhor Presidente da AML e membros da mesa,

Sr. Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Trabalhadores da AML e público presente,

Na primeira Informação escrita deste mandato o PCP não podia deixar de abordar o principal problema desta cidade: a habitação. Entendemos que Lisboa precisa urgentemente de uma Política Municipal complementar à responsabilidade institucional do Estado, produzindo soluções que respondam às necessidades das famílias.

Nesta Informação Escrita destaca-se a entrega de 55 chaves de novas casas na Quinta dos Alfinetes, em Marvila, nestes 3 meses. Pela intervenção inicial do senhor presidente parece que estamos a fazer o debate anual sobre o estado da cidade ou mesmo o balanço do mandato anterior mas não, é a Informação Escrita dos primeiros 3 meses deste mandato. Uma medida importante para aquelas famílias, sem dúvida, mas que fica extraordinariamente aquém da necessidade e da urgência de mais habitação municipal em Lisboa. É fundamental um conjunto de medidas mais profundo e impactante na oferta de habitação do que estas entregas a conta gotas num oceano de problemas e exigências.

Um dos caminhos possível seria o recurso ao vasto património imobiliário do Estado. Ainda recentemente, por via de duas resoluções do Conselho de Ministros, o Governo decidiu colocar à venda 15 imóveis, dos quais 9 são em Lisboa, e avançou para a constituição de parcerias público-privadas para projectos habitacionais a desenvolver em 14 terrenos do Estado, 7 deles em Lisboa. Com esta opção, o Governo aliena património do Estado, que é de todos portanto, e passa para a mão do privado a criação de habitação, em terrenos públicos, habitação essa que será inacessível para a grande maioria dos lisboetas. Perante a proposta apresentada recentemente pelo PCP em CML, de colocar o município em diálogo com o Governo no sentido de se encontrar soluções inovadoras que gerassem habitação a custos acessíveis, a maioria do executivo decidiu votar contra. Assim se pôs de parte a possibilidade de encontrar soluções para Lisboa como a promoção directa de habitação pelo Estado, as parcerias público-público com Governo e Município, ou as parcerias público-comunitárias, com o envolvimento, por exemplo, do Governo, do município e do sector cooperativo, mutualista e social. O executivo que gere a cidade desperdiçou a possibilidade de tentar mobilizar património do Estado para responder à brutal crise de habitação que vivemos.



Grupo Municipal do PCP

Mas também conhecemos o impacto do turismo na habitação. Conhecemos de forma empírica, do que vemos no dia a dia, já que o estudo e a avaliação da capacidade de carga turística de Lisboa, decidido em 2019 e novamente deliberado em 2023, continua por fazer. Na Informação Escrita o senhor Presidente refere a aprovação do Regulamento do Alojamento Local, sobre o qual diz ser um “regulamento que reforça a protecção da função habitacional e assegura um desenvolvimento urbano equilibrado” – palavras suas, senhor Presidente. Uma das preocupações subjacentes à realização do estudo da capacidade de carga turística tinha a ver com o intenso ritmo da construção de hotéis na cidade. Que, de 2019 para cá, só se intensificou. O número de edifícios na cidade cuja alteração de uso para o turismo é significativo, o número de camas disponíveis aumenta persistentemente e de forma muito concentrada no território, pelo que se impunham medidas como a suspensão do licenciamento de novas unidades hoteleiras em Lisboa. Os licenciamentos turísticos deveriam ser urgentemente contidos, sob pena de incapacidade e inoperância de correção destes impactos, nos necessários processos de revisão ou alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial. E foi essa a proposta apresentada pelo PCP em CML, mais uma vez reprovada com os votos contra do PSD, CDS, IL e Chega e, desta vez, com a abstenção do PS – o Partido Socialista que fez desta uma questão em campanha eleitoral nas autárquicas mas que agora já não sente necessidade de acompanhar, mesmo numa votação em que o seu voto não determinava o resultado final. Mantém-se, assim, a porta aberta para a aprovação irrestrita de novos hotéis, com os impactos daí decorrentes.

São medidas profundas que podiam ter impacto significativo no problema da habitação mas que este executivo não leva por diante, contentando-se com as pontuais entregas de algumas dezenas de chaves.

Por fim, não seria possível falar de habitação sem uma breve referência à GEBALIS que, como a Informação Escrita refere, celebrou o seu aniversário. 30 anos de uma empresa municipal dedicada à gestão do património habitacional e que tem demonstrado uma enorme incapacidade de resolver os problemas mais básicos dos 66 bairros municipais da cidade, onde vivem cerca de 90.000 pessoas. São bairros onde falta a manutenção do edificado; onde faltam arranjos nos espaços exteriores e espaços verdes; onde faltam equipamentos lúdicos ou desportivos em condições; onde se acumula lixo; onde há fogos sobrelotados e outros desocupados há demasiado tempo. Mesmo nos bairros onde estão a fazer obras, estas deixam muito a desejar, com inúmeras queixas dos moradores, que demasiadas vezes ouvimos aqui no período do público ou em petições, replicamos em intervenções e requerimentos ao senhor Presidente.

Há demasiado para fazer em Lisboa em matéria de habitação municipal e esta Informação Escrita continua a não reflectir as necessárias respostas.

Natacha Amaro

Deputada Municipal do PCP